

Breves apontamentos das principais escolas de pensamento econômico

Brief notes from the main schools of economic thought

Breves notas de las principales escuelas de pensamiento económico

Recebido: 19/10/2020 | Revisado: 22/10/2020 | Aceito: 26/10/2020 | Publicado: 29/10/2020

Ana Paula Carneiro Dutra

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8910-9605>

Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Brasil

E-mail: paula.dutra@uece.aluno.com.br

Nara Nair Coelho da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7001-6599>

Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Brasil

E-mail nara.coelho@aluno.uece.br

Paula Patrícia da Silva Rodrigues

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0648-6542>

Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Brasil

E-mail: paula.patricia@aluno.uece.br

Marcos Adriano Barbosa de Novaes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5003-5418>

Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Brasil

E-mail: marcos.novaes@uece.br

Késya Rodrigues Moreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5537-1808>

Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Brasil

E-mail: kesya.moreira@aluno.uece.br

Antoniele Silvana de Melo Souza

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0278-2275>

Secretaria Estadual de Pernambuco, Brasil

E-mail: antonielesouza@hotmail.com

Iara Saraiva Martins

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5235-7461>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Brasil

E-mail: saraiva.iara@ifce.edu.br

Ana Kelly Batista Leão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9603-8879>

Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte, Brasil

E-mail: analeao.chefiaecarc@gmail.com

Cícero Ricardo Barbosa de Paiva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1554-9552>

Universidade Estadual Vale do Acaraú, Brasil

E-mail: prof.ricardopaivace@gmail.com

Tatiany Santos Lima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5440-7135>

Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Brasil

E-mail: tatysantos80.ts@gmail.com

Alex José de Sousa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1306-1131>

Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Brasil

E-mail: alex.jose@aluno.uece.br

Johnantan Santiago Moura

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4445-4755>

Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Brasil

E-mail: sjohnantan@yahoo.com.br

Amélia Soares André

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9189-9968>

Universidade Estadual Vale do Acaraú, Brasil

E-mail: amelimel@yahoo.com.br

Resumo

Ao longo da história da humanidade, houve diversas formas de organizações políticas e econômicas que influenciaram diretamente o modo de produção do trabalho. Assim, produto da organização social, o trabalho é indispensável para suprir as necessidades humanas que vão além da sobrevivência. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar o contexto social e econômico do desenvolvimento do sistema capitalista, a partir das principais escolas de pensamento econômico: Mercantilismo, Clássica, Neoclássica, Keynesianismo e Novo-Clássica. Para isso, recorreremos aos estudos de, entre outros, Oliveira e Gennari (2009);

Canterbery (2001); e Andrade et al (2020). No tocante ao percurso metodológico, recorreremos a pesquisa bibliográfica narrativa com abordagem qualitativa. Com isso, foi possível afirmar que a exploração da mão de obra humana, a extração da mais-valia e a concentração da propriedade privada são ideários presentes em todas as escolas do pensamento econômico. Além disso, o estudo dos modelos econômicos também possibilitou entender as interações econômicas, permitindo conhecer a relação entre oferta e demanda. Por fim, os dados obtidos corroboram ademais sobre a importância do Estado na elaboração de leis que regulamentam todo o processo de produção e circulação dos produtos e a inserção destes no mercado.

Palavras-chave: Mercantilismo; Clássica; Neoclássica; Keynesianismo; Novo clássica.

Abstract

Throughout the history of mankind, there have been several forms of political and economic organizations that have directly influenced the production work mode. Thus, as a product of the social organization, work is indispensable to meet human needs that go beyond survival. In this sense, the objective of this article is to present the social and economic context of the development of the capitalist system, from the main schools of economic thought: Mercantilism, Classical, Neoclassical, Keynesianism, and New Classical. For this, we resort to studies by Oliveira and Gennari (2009); Canterbury (2001); Andrade et al (2020); among others. Regarding the methodological path, we used narrative bibliographic research with a qualitative approach. With this, it was possible to affirm that the exploitation of human labor, the extraction of surplus-value, and the concentration of private property are ideas present in all schools of economic thought. In addition, the study of economic models also made it possible to understand economic interactions, allowing us to understand the relationship between supply and demand. Finally, the data obtained further corroborate the importance of the State in drafting laws that regulate the entire process of production and circulation of products and their insertion in the market.

Keywords: Mercantilism; Classical; Neoclassical; Keynesianism; New classical.

Resumen

A lo largo de la historia de la humanidad, ha habido varias formas de organizaciones políticas y económicas que han influido directamente en el modo de producción del trabajo. Así, como producto de la organización social, el trabajo es indispensable para satisfacer necesidades humanas que van más allá de la supervivencia. En este sentido, el objetivo de este artículo es presentar el contexto social y económico del desarrollo del sistema capitalista, desde las

principales escuelas de pensamiento económico: Mercantilismo, Clásico, Neoclásico, Keynesianismo y Nuevo Clásico. Para ello, recurrimos a estudios de, entre otros, Oliveira y Gennari (2009); Canterbury (2001); y Andrade et al (2020). En cuanto al recorrido metodológico, utilizamos la investigación bibliográfica narrativa con enfoque cualitativo. Con ello se pudo afirmar que la explotación del trabajo humano, la extracción de plusvalía y la concentración de la propiedad privada son ideas presentes en todas las escuelas de pensamiento económico. Además, el estudio de modelos económicos también permitió comprender las interacciones económicas, lo que permitió comprender la relación entre oferta y demanda. Finalmente, los datos obtenidos corroboran aún más la importancia del Estado en la elaboración de leyes que regulen todo el proceso de producción y circulación de productos y su inserción en el mercado.

Palabras clave: Mercantilismo; Clásico; Neoclásico; Keynesianismo; Nuevo clásico.

1. Introdução

O mundo no qual vivemos não pode ser compreendido sem um estudo crítico da história da humanidade, o qual fornece informações importantes sobre a adaptação do homem ao meio ambiente. A sociedade ao longo do seu processo histórico, político e econômico sofreu mudanças políticas, econômicas, sociais na sua forma organizacional, uma vez que, esses elementos estão conectados entre si. Foi, todavia, a exploração das matérias primas pela força do trabalho que possibilitou a construção do mundo material e social, organizado sobremodo a partir de interesses que vão além da sobrevivência humana. Por esse motivo, na sociedade capitalista, a miséria e a fartura apresentam-se como particularidades extremas que refletem a relação desigual entre classes.

No que se pese aos insumos necessários à existência humana, a produção material destes é realizada pela classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho a custo do capital. Os indivíduos desta camada social, entretanto, não recebem salários coerentes com a carga horária destinada à produção de mercadorias.

Pensando nisso, com base numa perspectiva marxiana, nesse estudo abordaremos, em linhas gerais, alguns aspectos fundamentais para a compreensão do estudo da Economia Política. Desta maneira, será possível familiarizar o leitor com as características de algumas formas de organização desta área. Assim, em estudos posteriores, será possível entender e analisar criticamente: os processos socioeconômicos ocorridos no capitalismo em crise; a função social do Estado na sociedade do Capital; e a expropriação da classe trabalhadora,

visando a mais-valia. Além disso, é condição *sine qua non* o conhecimento da evolução do pensamento econômico. Por isso, abordaremos as ideias de algumas escolas: 1. Mercantilismo; 2. Escola Clássica; 3. Neoclássica; 4. Keynesiana e 5. Novo-Clássica

Desta forma, o presente trabalho objetiva apresentar o contexto social e econômico do desenvolvimento do sistema capitalista, a partir das principais escolas de pensamento econômico supracitadas. Para isso, por meio de pesquisa bibliográfica narrativa, com abordagem qualitativa, recorreremos aos estudos de, entre outros, Oliveira e Gennari (2009); Canterbury (2001); Andrade *et al* (2020). Assim, de forma breve, narraremos a história do pensamento econômico. Por fim, analisaremos a sociabilidade capitalista e as novas configurações do Estado nos processos socioeconômicos.

2. Metodologia

A investigação foi efetivada mediante a uma pesquisa bibliográfica de revisão narrativa, “publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o ‘estado da arte’ de um determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou contextual” (Rother, 2007, p. 01). Além disso, contribui para a formação do quadro teórico do objeto escolhido; inclusive, “constitui-se numa preciosa fonte de informações, com dados já organizados e analisados como informações e ideias [sic] prontas” (Santos, p. 30, 2000).

Nesse sentido, segundo Santos (2000), são fontes bibliográficas: livros, sejam de leituras correntes ou de referência; as publicações periódicas; fitas gravadas de áudio e vídeo; websites; relatórios de simpósios/seminários; e anais de congressos. A respeito da utilização de vídeo como fonte bibliográfica, por exemplo, recorreremos a uma série de videoaulas, intitulada “As principais escolas de pensamento econômico”, disponível no YouTube pelo canal Casa do Saber. O conteúdo digital é apresentado por Júlio Pires, professor doutor em economia. Além disso, esse canal abrange uma série de conteúdos abordados por intelectuais de várias áreas do conhecimento do campo da economia.

Por fim, os dados foram analisados de forma qualitativa, tencionando “compreender pessoas com seus contextos sociais, culturais e institucionais” (Gil, 2002, p. 94), favorecendo o diálogo entre as diversas teorias e seus respectivos autores.

3. Resultados e Discussão

Teixeira (2000) relata sobre a mudança do significado do termo Economia Política no decorrer dos séculos. Segundo ele, antigamente, era possível conceituar uma área específica

ou campo da ciência; mas, na atualidade, com o processo de mundialização do próprio capital, todos os países – e suas respectivas teorias – sofrem direta ou indiretamente influências um dos outros. Sendo assim, para compreender o que acontece em um determinado espaço geográfico, faz-se necessário saber também conhecer os fatos políticos e econômicos, considerando os aspectos macro e micro.

Para Cardoso (2009), é comum o questionamento acerca da doutrina proveniente da história do pensamento econômico com relação a algumas teorias, pois estas não se limitam a uma única nação. Assim, de modo geral, podemos definir economia como a “ciência que estuda como otimizar os recursos escassos frente a necessidades crescentes [...]” e assim, como “os homens se organizam para produzir e distribuir riqueza” (Marques et al., 2018, p. 09).

O nascimento da economia mundial tem seu princípio no final do século XIV, após o enfraquecimento do sistema feudal, ocasionado pela Guerra dos Cem Anos (1337-1453), a peste bubônica, a revolta do povo camponês e a escassez de alimentos. Além disso, “A forma tradicional, feudal ou corporativa não permitia atender às necessidades crescentes, decorrentes do surgimento de novos mercados” (Marx & Engels, 2008, p.10).

Nesse contexto, o modelo de sociedade, baseado no feudalismo, transita para a primeira fase do capitalismo: mercantilismo¹ (capitalismo comercial). Essa passagem acontece com o crescimento e a organização dos burgos e, logo em seguida, para o sistema capitalista industrial. Assim, a maneira como a sociedade está organizada sofre transformações em todos os seus aspectos: na organização política, econômica, social e estrutural.

Para Oliveira e Gennari (2019), as principais mudanças se refletem principalmente na esfera econômica, com o enfraquecimento da igreja católica e com o surgimento do Estado nacional. Além disso, surge uma nova forma de pensamento baseado na ideia de metalismo² ou bulionista. “Segundo essa visão, o poder do Estado era função direta da riqueza do reino, cuja grandeza se definia pela acumulação de metais preciosos” (Oliveira & Genari, 2019, p.27). Os autores narram ainda que, na época do declínio do feudalismo, se avaliava que:

¹ “Mercantilismo (o termo deriva da palavra italiana *mercador*) era uma aliança entre governo e negócio. A princípio, os mercadores iriam ser dominados pelo governo; mais tarde, os mercadores mudariam o seu destino ao se tomarem panfletários, alargando eles próprios o pensamento mercantilista em seu interesse especial [...]” (Canterbery, 2001, p.36)

² Conforme Oliveira e Genari (2019), a primeira formulação do metalismo é atribuído a Claude de Seyssel no ano de 1515, em *La grande monarchie* de France. Seyssel defendia a ideia de que o “poder do país depende das reservas de ouro e prata”. Ademais, em 1558 na Espanha, Luís Ortiz, publica a obra “Para que a moeda não saia do reino”, em que defendia um conjunto de medidas com vista a propiciar o acúmulo de metais preciosos.

a disponibilidade crescente de ouro e prata dotava as casas reais de capacidade para organizar mecanismos abrangentes e eficientes (burocracia, tropas mercenárias etc.) para o exercício e a afirmação do poder no plano interno e externo. A identificação dos metais com a riqueza e a constatação de que sua disponibilidade no mercado europeu era fixa (ou variava muito pouco no tempo) implicavam na conclusão de que a acumulação por parte de uma nação significava uma perda correspondente para as demais, criando assim uma íntima relação entre os fluxos comerciais e monetários e as relações de poder entre os Estados. Em síntese, o acúmulo de metais preciosos como objetivo prioritário das monarquias nacionais contribuía para a potencialização das hostilidades e dos conflitos comerciais entre os Estados emergentes [...] (Oliveira & Genari, 2019, p.27).

A partir daí, inicia-se o processo de acumulação para tentar favorecer a balança comercial. Nesse sentido, a possibilidade mais ambiciosa para acumular ainda mais esses metais era realizar a expansão marítima: conquistar, colonizar e explorar novas terras. Assim, seria possível encontrar mais metais preciosos. Mas, se não fosse possível encontra-los no território anteriormente explorado, buscava-se por recursos naturais que podiam ser utilizados como moeda de troca no mercado europeu. Diacronicamente, costuma-se situar o surgimento dessa aliança entre os séculos XV e XVI, durante a expansão comercial, período de colonização do Brasil por Portugal.

Não obstante, é importante ressaltar que o comércio passa a centralizar os interesses econômicos. Dessa forma, a agricultura e a indústria ficam como atividades secundárias. Nesse sentido, o capitalismo comercial foi mais uma tentativa de incentivar a intervenção do Estado na economia do que propriamente uma doutrina econômica. Os principais teóricos desse movimento político-econômico eram Thomas Mun, Josiah Child, Barthélemy de Alfenas, Jean-Baptiste Colbert e Antoine de Montchrestien. As concepções econômicas deles estavam fundamentadas na defesa da intervenção governamental na economia, utilizando o poder político do Estado para estimular a produção.

Para Deyon (1973),

A consciência de uma comunidade de interesse, o projeto de uma política econômica supunham naturalmente um progresso do sentimento nacional e um reforço do Estado. Todas as grandes monarquias europeias do século XVI, com maior ou menor felicidade, maior ou menor continuidade, enveredaram por esta via do intervencionismo econômico. Entre os seus conselheiros, seus oficiais de finança, as preocupações relativas à balança comercial, ao desenvolvimento das manufaturas e aos movimentos internacionais das espécies, se tornavam cada vez mais obsedantes. (p.17)

Somado a isso, outra proposta da escola mercantilista era a de exportar mais e importar menos produtos. Caberia ao Estado, portanto, incentivar as exportações e restringir

as importações. Com isso, só era possível comprar e/ou vender produtos dentro da própria metrópole, estabelecendo uma relação monopolista, que objetivava um saldo positivo ao Estado, garantindo uma balança comercial favorável. Em outras palavras, esse processo se daria em dois momentos:

[...] Primeiro, restrições à importações de mercadorias estrangeiras para consumo interno que pudesse ser produzidas no país, fosse qual fosse o país do qual eram importantes. Segundo, restrições à importação de mercadoria de quase todos os tipos daqueles países específicos em relação aos quais a balança comercial era tida como desvantajosa [...] (Smith, 2013, p.53).

Porém, quando a balança é desfavorável, o Estado acaba intervindo na economia com o objetivo de buscar o equilíbrio entre importação e exportação. Por isso, para os defensores da escola de pensamento econômico mercantilista, o Estado deve organizar a economia, almejando ampliar a riqueza nacional e sua autoridade. Portanto,

Como o poder e riqueza eram equacionados com ouro e prata, o governo devia (1) estimular a saída de bens domésticos, (2) limitar o consumo interno, (3) impor taxas às importações e (4) tentar criar uma balança de comércio favorável (mais exportações que importações). As exportações eram pagas com ouro e prata, que por seu turno podiam ser usados para criar um exército forte. Os limites do consumo eram dirigidos não apenas às massas. Como as importações tendiam ser produtos de ostentação, as leis sumptuárias destinadas a regulamentar a extravagância e o luxo atingiram em força os ricos precisamente quando melhoravam a balança comercial. (Canterbery, 2001, p.37)

Diante desse contexto econômico desfavorável, surge o termo Protecionismo Alfandegário, que significa proteger a economia na alfandega, espaço onde acontecia a tributação dos produtos importados com o aumento do valor das taxas de importação, afim de as diminuir. Com isso, equilibram-se as importações na mesma quantidade das exportações, resultando em uma balança comercial favorável novamente.

Por fim, cabe afirmar que o mercantilismo foi uma organização predominante nos séculos seguintes, inclusive há ideias que são válidas até os dias atuais, como a importância da intervenção do Estado no desenvolvimento econômico da sociedade. Nesta perspectiva, o governo deve estimular as indústrias e, conseqüentemente, a sua produção. Por outro lado, Rojas (2007) descreve a dificuldade da definição de mercantilismo, devido este ter sido um fenômeno muito complexo e que pode ser estudado por diferentes ângulos. Holanda (2001), por exemplo, afirma que o mercantilismo consistiu mais em um conjunto de ações que

pretendia atender aos interesses dos chefes do Estado europeus e da iniciativa privada em acessão.

Já entre a segunda metade do século XVIII e do início do século XIX, sob Influência da Revolução Industrial e da Revolução Científica, emerge a tendência da Escola Clássica, baseada no livre mercado. Nesta visão, a produtividade se manifesta das atividades econômicas e principalmente pelo progresso da economia por meio da divisão de trabalho.

Mendes (2015) afirma que esta nova concepção político-econômica

baseou-se nos preceitos filosóficos do liberalismo e do individualismo, e firmou os princípios da livre-concorrência, que exerceram decisiva influência no pensamento revolucionário burguês. Como podemos observar, a Escola Clássica foi uma escola que caracterizou a produção, deixando a procura e o consumo para o segundo plano. Segundo Smith, o objeto da economia é estender bens e riqueza a uma nação. (Mendes, 2015, p. 39)

Alguns dos teóricos que influenciaram o pensamento econômico clássico foram: Jean-Baptiste Say (1767–1832); Thomas Malthus (1766–1834), principal representante dessa escola; David Ricardo (1722–1823); e Adam Smith (1723–1790). Este último se destacou pela publicação da obra “A riqueza das Nações”, considerada uma obra clássica e marca o nascimento da economia. Por esse motivo, ele ficou conhecido, no campo de estudos da economia política, como o pai da ciência econômica.

De acordo com os pensadores da escola Clássica, a riqueza do país estava na sua produção. Portanto, quanto mais se produzia mais rica era uma nação. Logo, a ênfase não estava mais na prata e no ouro, como no mercantilismo, mas sim no trabalho humano.

Vale destacar ainda que

[...] Um pressuposto importante da elaboração malthusiana sobre a população é que esta devia sempre ser mantida no nível dos meios de subsistência. Segundo Malthus, o progresso da sociedade dependia do equilíbrio entre a população e os meios de subsistência, e, desse modo, tornava-se primordial compreender quais os fatores que possibilitariam tal equilíbrio (Oliveira & Gennari, 2019, p. 64).

Outrossim, a Escola Clássica possuía duas vertentes. Por um lado, autores com uma visão liberal da economia, destacando-se Adam Smith. Ele defendia a tese sobre a “Mão Invisível³”, que discorre sobre a oferta e a demanda no livre mercado. De acordo com essa teoria, partindo do interesse individual, aplicava-se o capital objetivando alcançar o maior

³ Ver mais em: Smith, A. *A mão invisível*. Trad. Paulo Geiger. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

lucro possível, assim desencadeando um bem estar social. Essa concepção se opunha à Escola Mercantilista, em relação à economia. Para Smith (2013) não era a intervenção estatal que promoveria esse bem estar.

Além disso, existe uma intrínseca relação entre o liberalismo e a teoria do individualismo, “que fundamenta a estrutura do mercado, onde o indivíduo, enquanto proprietário, deve encontrar-se livre” (Holanda, 2001, p. 29). Para o autor, portanto, “Na Inglaterra, o liberalismo político se identificou plenamente com o liberalismo econômico” (Holanda, 2001, p. 29), permitindo o desenvolvimento da sociedade inglesa.

Neste sentido, é possível afirmar que

O trabalho anual de cada nação é o fundo que originalmente proporciona todas as necessidades e conveniências da vida que são consumidas anualmente, e que consiste sempre na produção imediata desse trabalho ou naquilo que é adquirido de outras nações com essa produção. Sendo assim, essa produção, ou tudo o que é dela adquirido, possui uma proporção maior ou menor com relação ao número de pessoas que a consumirão, a nação será melhor ou pior quando receber todas as necessidades e conveniências de que necessita. No entanto, essa proporção deverá ser regulada em todas as nações por duas diferentes circunstâncias: em primeiro lugar, pela habilidade, destreza e julgamento por meio do qual esse trabalho é geralmente colocado em prática; e em segundo lugar, pela proporção entre número daqueles que estão e dos que não estão devidamente empregados em trabalhos úteis. (Smith, 2019, p. 09).

Esse pensamento foi revolucionário, visto que surgiu em um contexto em que a nova classe emergente, a burguesia, buscava consolidar o ideal sobre a produção de riqueza: o acúmulo do capital. Ademais, Smith (2018) também traz reflexões em suas obras⁴ sobre a teoria do valor, que abriu porta para as reflexões de outros autores, inclusive de Karl Marx sobre o capitalismo. Neste sentido, Moretti e Lélis (2007) afirmam que

a teoria clássica pressupõe uma economia na qual o nível de emprego é definido no mercado de trabalho. Se o salário real está no nível de equilíbrio, então, oferta e demanda de trabalho são iguais, com conseqüente equilíbrio no mercado de bens. Isto é, a um determinado salário real, os empresários contratam certa quantidade de mão-de-obra [*sic*], gerando um nível de produção que iguala oferta e demanda de bens (p.89).

Na segunda vertente, autores, como Karl Marx, concebem o capitalismo como sendo explorador, desigual e instável, uma vez que “[...] O capitalismo não pode sobreviver sem os

⁴ Ver mais: SMITH, A. **A riqueza das Nações**: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. Trad. Getulio Schanoski Jr.- São Paulo: Madras, 2018.

aspectos da divisão do trabalho e igualmente da exploração de uma classe sobre a outra” (Andrade *et al*, 2020, p.06). Neste viés, esse sistema econômico divide a sociedade em classes antagônicas: uma é a burguesia, detentora dos meios de produção e como sendo a classe dominante que “assegura a divisão manual e intelectual do trabalho. Esta forma de divisão do trabalho lhe permite dominação social, político e econômica sobre as demais classes” (Andrade *et al*, 2020, p. 04). A segunda classe é a do proletariado, definido, “do ponto de vista econômico, apenas o assalariado que produz e valoriza ‘capital’” (Marx, 2013, p. 690).

Em outras palavras, segundo Marx (2013), o proletariado detém apenas a própria força de trabalho, a qual vende no mercado em troca de valor simbólico em dinheiro, ou seja, o salário. Esse valor, entretanto, não restitui o esforço físico e mental dispendido durante o processo/tempo de produção de mercadorias. Por conseguinte, a classe burguesa se apropria do excedente da produção. Todavia, este valor que o trabalhador recebe em troca do serviço prestado é uma quantia mínima, insuficiente, às vezes, à subsistência dele e da família.

Sobre essa relação, Marx (1886) reflete que

Se prescindirmos do valor-de-uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. Mas então, o produto do trabalho já terá passado por uma transmutação. Pondo de lado seu valor-de-uso, abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor-de-uso. Ele não é mais mesa, casa fio ou qualquer outra coisa útil. Sumiram todas as qualidades materiais, também não é mais o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outra forma de trabalho produtivo. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não se distinguem-se mais umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato (Marx, 1886, p.60)

Numa nova interpretação sobre economia, surge a Escola Neoclássica, com um viés utilitarista. Neste sentido, a teoria do valor trabalho foi superada pela teoria do valor da utilidade, teorizada pelo filósofo inglês Jeremy Bentham⁵. Essa teoria afirma que o valor de um produto está atrelado a sua utilidade. Assim, posteriormente, com o preço embasado no equilíbrio entre a oferta e procura, conduziria a uma estabilidade econômica. Por fim, Jeremy salienta que os indivíduos estão limitando a felicidade à capacidade de consumo.

Pareto (1996), um dos pensadores neoclássicos, mais tarde, reformula o conceito de bem estar social e de utilidade, colocando esta sobre as bases da teoria do equilíbrio geral,

⁵ Consultar a obra: Bentham, J. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os pensadores).

fundamentada pelo francês Léon Walras⁶ (1986). Contudo, ainda não existia a perspectiva de estudos sobre as classes sociais nas bases neoclássicas. Porém, agora, levava-se em consideração os agentes econômicos; ou seja, enquanto uns vendem a própria força da mão-de-obra, outros usurpam os excedentes dos lucros obtidos. Neste sentido, o valor dos bens, nessa escola econômica, é algo subjetivo, que depende da relação do homem com o objeto.

No entanto, numa nova realidade de acúmulo de capital e prosperidade do capitalismo, teses neoclássicas foram sendo desconsideradas, principalmente com a crise de 1929, surgindo novas concepções que dariam início a uma nova visão da economia: o Keynesianismo. Essa escola tinha como principal representante o inglês John Maynard Keynes (1883-1946). Sua visão sobre economia está materializada na obra “A Teoria Geral do Juro, do Emprego e da Moeda”, apresentada como uma resposta à situação de crise econômica que abateu a sociedade na década de 1930. “A causa básica de tais crise é que, com a abundância, a oferta de mercadorias torna-se maior que a demanda (as necessidades humanas) e, com isso, os preços tendem a cair, inviabilizando a produção [...]” (Lessa, 2013, p.187).

Nesse contexto de desequilíbrio econômico em meados de 1929, Keynes⁷ defende, como principal ação, a atuação do Estado na economia através do aumento dos gastos públicos e a redução tributária, pois acreditava que isso reduziria as dívidas evidenciadas pela crise. Para essa escola, a ação estatal era crucial para fortalecer o sistema econômico. Nesse sentido, Keynes, através da sua formulação política, *Welfare State* (Estado de bem-estar social), tentou, no período de crise do capitalismo, instaurar esse modelo estatal.

Lessa (2013), apesar de tecer críticas a essa política, a define como “uma nova modalidade, mais humana e ética, de intervenção estatal na economia com a utilização em larga escala de políticas públicas voltadas aos mais carentes: o ‘Estado social’, o ‘Estado Providência’ para outros o Estado desmercadorizador ou etc” (Lessa, 2012, p. 175).

Diante do exposto, Keynes buscava romper com alguns postulados da economia neoclássica. O autor enfatiza que o desemprego poderia ser involuntário. Sua análise dispensava, então, a visão microeconômica, elaborando uma ótica mais ampla da macroeconomia a fim de alcançar o pleno emprego.

⁶ Ver mais em: WALRAS, L. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo, Abril/Nova Cultural, 1986.

⁷ A partir de Keynes, que advém os conceitos de Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB); assim como de contabilidade nacional e social.

Entretanto, essa teoria não defendia a redução das desigualdades sociais, o que deu origem a teoria geral do emprego, a qual defende que é na determinação dessa demanda que o Estado atua, construindo obras de interesse social e, com isso, diminuindo as taxas de desemprego.

Cabe ressaltar ainda que, mesmo que existam contradições e divergências a respeito da teoria Keynesiana, estudiosos afirmam que, em períodos de crise, empresários e economistas com posicionamento liberal econômico acabam cedendo à teoria Keynesiana, recorrendo a intervenção do Estado em períodos de ameaça ao capital. Nesse sentido, Keynes afirmava que o Estado deveria atuar aumentando o gasto público, reduzindo as cargas tributárias e as taxas de juros, ampliando o crédito; criando, assim, uma política de déficit público.

No entanto, de acordo com Paniago (2012), o Keynesianismo não tinha como objetivo ir contra os interesses do capital; pelo contrário, sua teoria estava voltada para uma estratégia de recuperação da acumulação do capital diante do contexto de crise. A autora ainda destaca que:

a estratégia keynesiana de intervenção na economia, “retirando” da iniciativa privada algumas das suas funções antes exercidas com exclusividade, tinha por finalidade encontrar novas formas de manutenção da ordem do sistema reprodutivo dominante, e garantir a expansão do capital, dado o esgotamento da fase do predomínio das “livres” leis do mercado (Paniago, 2012, p.7).

Posteriormente, surge uma nova teoria de escola econômica, a saber: escola de pensamento econômico Novo-Clássica. Apesar de as primeiras publicações surgirem na década de 1960, essa teoria emergiu entre as décadas de 1970 e 1980, na “busca pela racionalização teórica do fenômeno, que data dessa mesma época, da coexistência de inflação e estagnação em algumas economias” (Morretti & Lélis, 2006, p.82).

A escola Novo-Clássica, que tem como principal representante William Stanley Jevons (1835-1882), argumentava que a atuação do governo na economia sempre seria prejudicial porque os agentes econômicos antecipariam as decisões do governo. Dito de outra maneira, é como se os agentes econômicos tivessem um conhecimento pleno da teoria e das consequências futuras diante de determinadas ações do governo e, com isso, se antecipassem a ela, como por exemplo, no caso de uma inflação no futuro.

Para Vieira e Silveira (2007), o Novo-Clássico possuía uma teoria que era considerada macroeconômica, mas que partia de princípios da microeconomia. Para isso, adotavam-se hipóteses, classificadas entre fraca e forte:

A hipótese fraca pressupõe a ideia de que os agentes econômicos usam da melhor forma possível as informações que possuem, sendo que os erros cometidos no passado não exercem influência nas expectativas atuais. Já a hipótese forte, a mais aceita pelos novos clássicos na construção de seus modelos, pressupõe a ideia de que os agentes econômicos costumam acertar (Vieira & Silveira, 2007, p.01).

Diante das explicações, os autores em questão afirmam que os agentes econômicos são capazes de antecipar os efeitos das políticas econômicas governamentais, a exemplo das políticas fiscais, em o impacto da política fiscal – do ponto de vista do aumento do gasto público para estimular a economia – também terá efeitos nulos. Essa teoria Novo-Clássica é baseada em modelos econométricos e matemáticos extremamente sofisticados, que visam a comprovação das informações prestadas.

Além disso,

Há ainda mais duas hipóteses que caracterizam a teoria novo-clássica: (a) a economia está em contínuo market clearing, o que representa a vindicação de que os preços se ajustam instantaneamente, garantindo o contínuo equilíbrio do mercado, resultado, por sua vez, do comportamento dos agentes, mais precisamente, da resposta ótima às suas percepções dos preços; e (b) as decisões racionais tomadas pelos empresários e pelos trabalhadores refletem o comportamento otimizador de sua parte, podendo ainda levar em conta o fato de que a oferta de trabalho (produção) pelos trabalhadores (empresários) é realizada com base em preços relativos (Morretti & Lélis, 2006, p.83).

4. Considerações Finais

A partir do estudo teórico realizado, pudemos conhecer algumas das diversas interpretações da economia ao longo do desenvolvimento da humanidade, fundamentadas nas reflexões de algumas escolas econômicas, o que, de certa forma, nos possibilita compreender o sistema capitalista em sua forma de desenvolvimento atual.

Nesse sentido, as transformações que acontecem modo de produzir mercadorias alteram todas as esferas da sociedade, sejam elas econômica, política ou social. Todavia, ressaltamos que o modo de produção capitalista se difere dos demais por sempre produzir novas necessidades que se ramificam para a obtenção de mais capital. Para isso, este movimento de produção e circulação de mercadorias alicerça-se na exploração do trabalho humano, em que cada produto traz em sua constituição: tempo de trabalho; remuneração; divisão de classes e do trabalho; e exploração da natureza, com a retirada de matérias primas.

Ademais, o estudo da economia permite conhecer como os homens se organizam para produzir e distribuir a riqueza a partir da evolução do conhecimento do o desenvolvimento

econômico. Para tanto, é preciso recorrer também às novas formas de organização do trabalho que requerem mão de obra cada vez mais especializada.

Em sumo, em todas as escolas do pensamento econômico estão presentes: a ideologia de exploração da mão de obra humana; a extração da mais-valia; e a concentração da propriedade privada.

Diante do exposto, o estudo dos modelos econômicos, além de possibilitar entender as interações econômicas, permite conhecer a relação entre oferta e demanda. Outrossim, permite-nos compreender a importância do Estado na elaboração de leis que regulamentam todo o processo de produção e circulação dos produtos; portanto, sua inserção no mercado.

Por fim, este estudo não esgota todo o arcabouço de discussões sobre o tema nem menciona isso. Buscamos, todavia, fomentar o interesse de pesquisadores profissionais e iniciantes pela importância do estudo da economia política e das principais ideias do pensamento econômico; a saber: clássica, marxista, neoclássica, keynesiana e neoliberal. Levar-se-á em consideração, pois, o processo de investigação com enfoque no macroeconômico da economia. Para isso, promovermos o debate sobre a sociedade global e os desafios da nova ordem econômica na superação da crise do capital, a exemplo das instabilidades financeiras de 1929 e 1970.

Referências

Andrade, A. L.R. (2000). Trabalho e educação em Karl Marx: a contradição do trabalho intelectual e manual no processo educativo. *Research, Society and Development*, 9(1), e13911489.

Bentham, J. (1984). *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. São Paulo: Abril Cultural (Os pensadores).

Canterbery, E. R. (2001) *Breve História do pensamento econômico: perspectivas engenhosas da ciência sombria*. Instituto Piaget. Lisboa, Portugal.

Cardoso, J. L. (2009) *Reflexões periféricas sobre a difusão internacional do pensamento econômico*. Nova Economia. 19(2) Belo Horizonte May/Sept.

Gil, A. C. (2002) *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4a ed.), São Paulo: Atlas, 2002.

Holanda, F. U. X. de. (2001) *Do Liberalismo ao Neoliberalismo*. (2a ed.), Porto Alegre: Edipucrs.

Lessa, S. (2013) *Capital de bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas*. São Paulo: Instituto Luckács.

Marques, R. M. et al. (2018) *Economia, que bicho é esse?* São Paulo: Expressão popular.

Marx, K. (2013) *O Capital: Crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.

Marx, K., Engels, F. (2008) *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular.

Moretti, B., Lélis, M. (2007) Economia clássica e novo-clássica versus Keynes e pós-Keynesianos: um debate ontológico. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, 28(1), 79-98.

Oliveira, R., Gennari, A. M. (2009) *História do pensamento econômico*. São Paulo: Saraiva.

Oliveira, R., Gennari, A. M. (2019) *História do pensamento econômico*. (2a ed.), São Paulo: Saraiva.

Paniago, M. C. S. (2020) *Keynesianismo, neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado*. Recuperado de http://www.cristinapaniago.com/yahoo_site_admin/assets/docs/Keynesianismo_Neoliberalismo_e_os_Antecedentes_da_Crise_do_Estado.185191109.pdf

Pareto, V. (1996) *Manual da economia política*. São Paulo: Nova Cultural.

Rother, E. T. (2007) *Revisão Sistemática x Revisão Narrativa*. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/ape/v20n2/a01v20n2.pdf>

Santos, A. R. dos. (2000) *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. (4a ed.), Rio de Janeiro: DP&A.

Smith, A. (2013) *A mão invisível*. Trad. Paulo Geiger. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras.

Smith, A. (2018) *A riqueza das Nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Trad. Getulio Schanoski Jr.- São Paulo: Madras.

Teixeira, A. (2000) *Marx e a economia política: a crítica como conceito*. *Econômica*, (4), 85-109.

Vieira, R., Silveira, A. R. (2007) *Algumas questões de economia*. Recuperado de <http://economiaandrebahia.blogspot.com/2007/07/escolas-de-pensamento-macroeconomico.html>.

Walras, L. (1986) *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo, Abril/Nova Cultural.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Ana Paula Carneiro Dutra – 30%

Nara Nair Coelho da Silva 5%

Paula Patrícia da Silva Rodrigues 10%

Marcos Adriano Barbosa de Novaes 10%

Késya Rodrigues Moreira 5%

Antoniele Silvana de Melo Souza 5%

Iara Saraiva Martins 5%

Ana Kelly Batista Leão 5%

Cícero Ricardo Barbosa de Paiva 5%

Tatiany Santos Lima 5%

Alex José de Sousa – 5%

Johnantan Santiago Moura 5%

Amélia Soares André 5%